

NORMAS E TEORIA DA CONTABILIDADE

Prof. Doutor António Lopes de Sá

As Normas em Contabilidade são preocupações que hoje existem em quase todos os Países do Mundo, assim como têm sido matéria preferencial nas entidades internacionais que se dedicam exclusivamente a esse trabalho. É inequívoco que se buscam caminhos para que a informação possa ser de qualidade, mas, não é menos verdade que ainda existem problemas sérios em relação a uma harmonia. O principal problema tem sido o de natureza conceptual, ou seja, muitas normas se erguem sem que os conceitos antes tenham fortalecido as suas razões de ser.

A grande saída para uma solução parece-nos ser um socorro da Epistemologia Contábil, sem o que, entendem muitos mestres da atualidade, não se encontrará a solução que leve as informações à sinceridade; ou ainda, só a Teoria Contábil tem condições de dar qualidade ao movimento normativo.

A IMPORTÂNCIA CONCEPTUAL EM CONTABILIDADE

Se produzirmos uma Norma sobre Avaliação, mas, não esclarecemos o que se deve entender e o que seja avaliação, tal norma pode ter seus efeitos, mas, a ela sempre faltará o conteúdo fundamental que possa explicar suas verdadeiras razões.

Subentende-se que a Norma Contábil seja uma forma de estabelecer parâmetros padrões para a informação, partindo de uma base aceita como válida para a evidência de fatos patrimoniais.

Não basta, todavia, por exemplo, normalizar, estabelecendo que a avaliação das mercadorias seja feita ao preço de custo de aquisição, sendo necessário ter-se bem claro e definido o que seja o valor, o que seja o custo e também custo de aquisição.

Todas essas expressões são "conceitos".

Normas, pois, sem o respaldo conceptual, correm o sério risco de não produzirem efeitos plenos.

Esse é um entendimento que está agasalhado na opinião de mestres modernos

da melhor qualidade como Tua Pereda,

Cubillo Valverde, Gabas, Ferreira Fernandes, etc.

Se vamos estabelecer normas, só é possível fazê-lo, de forma segura, a partir do lastro teórico e que nos oferece a matéria conceptual.

OS PROBLEMAS DE ORIGEM DOS REGISTROS

Os critérios de registros contábeis possuem os defeitos da origem.

No correr dos anos, dos milênios, habituaram-se os profissionais a certas modalidades de escrituração; mesmo na Idade Média, quando o processo das partidas dobradas parece ter amadurecido, nada se fez mais que seguir tradições acumuladas, reformadas, apenas, com a evolução escritural que ia-se processando.

Uma simples análise dos documentos que nos chegaram até os dias de hoje, provenientes dos séculos passados, nos mostra que os regimes da escrita iam seguindo uma tradição, desde aqueles ditos "tubulares", até os mais evoluídos a partir do século XIII.

Todas as atuais ciências tiveram seus berços no empirismo e a Contabilidade não escaparia dessa marcha do destino do conhecimento.

Natural, pois, seria que quando no início deste século XX buscou-se estabelecer consensos sobre formas de registrar, partindo para as Normas, se encontrasse uma séria dificuldade.

Tal dificuldade ainda persiste, pois, cada grupo, cada instituição, cada região, acaba por entender que a verdade tem sempre a face voltada para ela e nesse caso, somando-se ainda a forma empírica de observar-se o que é "uso e costume", e, não, o que é científico, termine-se por elaborar Normas que não encontrem respaldo lógico.

Nessa luta por prevalecer modelos, a perda tem sido sempre a da verdade, a da lógica.

OS ESFORÇOS ATUAIS NO CAMPO CONCEPTUAL

De há muito tem-se buscado enriquecer a doutrina contábil de conceitos e de teorias competentes.

Nos fins do século passado, mas, especialmente neste século XX, intelectuais de altíssima qualidade conseguiram construir edifícios doutrinários de valor apreciável, em diversas partes do mundo (Itália, França, Portugal, Espanha, Alemanha, Estados Unidos, Argentina, Brasil, etc.).

Os norte-americanos, por exemplo, pouco estudaram o que aconteceu na Europa e buscaram formas próprias, alheias muitas vezes, à excelente qualidade intelectual das conquistas alemãs, italianas, francesas, portuguesas, etc.

Quem lê os autores anglo-saxões percebe o quanto se mantiveram distantes das grandes doutrinas italianas, embora a recíproca não seja verdadeira (os italianos, por exemplo, buscaram conhecer bem o que se realizava no continente americano).

O Brasil, recentemente, através do Conselho Federal de Contabilidade, em sua Resolução 774, editou bases conceituais de raro valor.

Procurou situar cientificamente a Contabilidade e os seus fundamentos de razões.

Igualmente, agora, também, na Espanha, a AECA – Associação de Contabilidade e Administração de Empresas, trabalha em "marcos conceituais", com uma equipe de grande qualidade e com uma participação muito activa de especialistas como o Dr. Tua Pereda.

Igualmente, valores de rara importância intelectual, como o Dr. José Antônio Lainez Gadea, da Universidade de Saragoça e sua equipe, lutam de forma expressiva no campo da harmonização das Normas.

Há uma consciência de que é preciso harmonizar pelos caminhos da ciência, da doutrina, da Teoria, e ela está cada vez mais generalizada.

A informação, para que possa servir a ciência, precisa estar baseada em princípios científicos, é inquestionável, assim como é preciso que mais se difunda em todo o mundo, as conquistas científicas das escolas europeias.

O VALOR DA TEORIA DA CONTABILIDADE

Em fins de 1995, publiquei, na Revista de Contabilidade e Comércio, do Porto, um extenso artigo sobre o Valor da Teoria no Ensino da Contabilidade; esse mesmo tema eu o havia desenvolvido em conferência, nas V Jornadas de Contabilidade, em Portugal.

Dentre os temas que formaram o conjunto de argumentos que sustentei, destacou-se o da virtude que uma cadeira de Teoria da Contabilidade deve ter, no sentido de ensinar a raciocinar através de conceitos.

Os conceitos são as bases dos teoremas e esses as bases das Teorias e estas é que formam as ciências.

Concluí em minha dissertação que: A falta de conhecimento teórico leva a graves conseqüências na prática profissional, dentre elas as mais gravosas as de Produções de Princípios e Normas Contábeis de natureza débil e conflitante (pag. 523, n.º 208, Revista de Contabilidade e Comércio, Porto, Dezembro de 1995).

O importante da formação teórica é que ela, emergindo da prática, passando pelo raciocínio e testando-se na experiência, estabelece um tipo de conhecimento qualificado.

A Teoria é uma Prática dotada de alto índice de inteligência, de arcabouço de rigores lógicos e resistentes às debilidade do simples uso e costume, ou seja, do que foi dito, por exemplo, "princípio geralmente aceite de Contabilidade", mas, que, na realidade, era apenas a óptica de algumas pessoas.

O estudo teórico, todavia, deve passar por caminhos longos, a começar pela História das Doutrinas da Contabilidade, da Filosofia do Conhecimento.

O conhecimento das relações lógicas que existem na formação e evolução do fenómeno patrimonial, incluindo nessas as essenciais, as dimensionais e as ambientais, deve ser estudado para a análise dos Teoremas e Axiomas da Contabilidade, única forma que entendemos viável de compreensão do que se passa com a riqueza das células sociais.

BIBLIOGRAFIA

BENAU, Maria Antonia Garcia – Relación entre teoría y práctica contable, in Boletim AECA n.º 40, Madri, Fevereiro-Junho de 1996

BRUNET, André A. – La normalisation comptable au service de l'entreprise, de la science et de la Nation, edição Dunod, Paris, 1951

CAMARGO, Ynel Alves de – em Normas Brasileiras de Contabilidade, edição do Conselho Federal de Contabilidade, 2.ª edição, Brasília, 1991

DIEZ, Julita Garcia e ARIAS, Antonio Martínez – Contabilidad General, edição Civitas, Madrid, 1995

FERREIRA, Rogério Fernandes – Panorama da harmonização contabilística em Portugal, in Revista de Contabilidade e Comércio n.º 210, Porto, 2.º semestre de 1996

GADEA, José Antonio Lainez, GASTÓN, Suzana Callao e JARNE, José Ignacio Jarne – La diversidad contable y su armonización – la experiencia de la unión europea, in Boletim IPAT número 12, Belo Horizonte, fevereiro de 1997

MASI, Vincenzo – Filosofia della Ragioneria, edição Tamari, Bolonhas, 1961

MATTESSICH, Richard – Academic Research in Accounting, the last 50 years, in Asia-Pacific Journal of Accounting, volume 3, n.º 1, Hong Kong, Junho de 1996

PALAU, J. Xirau – O sentido da verdade, edição Atlantida, Coimbra, 1973

PEÑA, Enrique Fernandez e RODRIGUEZ, Carlos Mallo – Plan General Frances de Contabilidade, edição ICAC, Madrid, 1992

PEREDA, Jorge Tua – Ampliar el marco conceptual de la información financeira, in Boletim AECA, n.º 40, Fevereiro-Junho, Madrid 1996

PEREDA, Jorge Tua – Necesitamos un marco conceptual?, in Revista de Contabilidade e Comércio, n.º 213, Porto, 1.º trimestre de 1997

REIS, José Vieira dos – Os documentos de prestação de contas na CEE e a legislação portuguesa, edição Rei dos Livros, Lisboa, sem menção de data de edição

SÁ, António Lopes de – Nuevos Rumbos Científicos en la Contabilidad, em Suma, n.º 41, Maryland, USA, Junho de 1996

SÁ, António Lopes de – Valor da teoria no ensino da Contabilidade, in Revista de Contabilidade e Comércio, n.º 208, Porto, 1995

TAYLOR, Peter e TURLEY, Stuart – The regulation of Accounting, editor Basil Blackwell, Oxford, 1986

VALVERDE, Carlos Cubillo – Quince años de normalización contable española, in La Contabilidad en España en la segunda mitad del siglo XX, edição Técnica Contable, comemorativa dos 40 anos da editora, Madrid, 1989

VIDAL, Caetano Leglise da Cruz – Ensaio sobre um planeamento contabilístico nacional edição do autor, Lisboa, 1956